



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil;
CEP 64049-550

Telefones: (86) 3215-5525/ 3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

**Nº 824 – OUTUBRO/2022
RESOLUÇÕES Nº 381 a 390/2022
(CEPEX)**

Teresina, 20 de outubro de 2022



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 381, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 74, de 24 de junho de 2021, que aprova Projeto de nova turma de Mestrado Profissional em Gestão Pública, em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.020253/2021-18.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 74, de 24 de junho de 2021, que aprova Projeto de nova turma de Mestrado Profissional em Gestão Pública, em convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 24 de junho de 2021.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 382, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 030, de 23 de fevereiro de 2021, que Retifica a Resolução Nº 022/2021-CEPEX, de 18/02/2021.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.003363/2021-51.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 030, de 23 de fevereiro de 2021, que Retifica a Resolução Nº 022/2021-CEPEX, de 18/02/2021, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 23 de fevereiro de 2021.

Teresina, 18 de outubro de 2022

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 383, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 209, de 23 de fevereiro de 2022, que regulamenta o desenvolvimento de processo híbrido de ensino e de aprendizagem para o retorno gradativo à presencialidade dos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico dos Colégios Técnicos da UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.005620/2022-25.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 209, de 23 de fevereiro de 2022, que regulamenta o desenvolvimento de processo híbrido de ensino e de aprendizagem para o retorno gradativo à presencialidade dos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico dos Colégios Técnicos da UFPI, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 23 de fevereiro de 2022.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 384, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 125, de 5 de agosto de 2021, que homologa Edital UFPI nº 9, de 3 de agosto de 2021, referente ao processo seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação da UFPI, na modalidade presencial, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) 2º semestre letivo de 2021.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.031651/2021-53.

RESOLVE:

Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 125, de 5 de agosto de 2021, que homologa Edital UFPI nº 9, de 3 de agosto de 2021, referente ao processo seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação da UFPI, na modalidade presencial, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) 2º semestre letivo de 2021, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 385, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 318, de 4 de agosto de 2022, que designa Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica – RP, da Universidade Federal do Piauí.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.037464/2022-45.

RESOLVE:

Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 318, de 4 de agosto de 2022, que designa Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica – RP, da Universidade Federal do Piauí, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 386, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 119 de 20 de julho de 2021, que regulamenta em caráter excepcional, o Calendário Acadêmico do Estágio Obrigatório/Internato do Curso de Medicina/CCS/CMPP-UFPI para os períodos letivos 2021.1 e 2021.2.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.029779/2021-60.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 119, de 20 de julho de 2021, que regulamenta em caráter excepcional, o Calendário Acadêmico do Estágio Obrigatório/Internato do Curso de Medicina/CCS/CMPP-UFPI para os períodos letivos 2021.1 e 2021.2, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 20 de julho de 2021.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 387, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 123, de 2 de agosto de 2021, que autoriza prorrogação de vigência da Resolução Nº 031/2021, de 5 de março de 2021, e da Resolução Nº 035/2021, de 10 de março de 2021, ambas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para regulamentar o Período Letivo 2021.2 dos Colégios Técnicos, em caráter excepcional e enquanto permanecer a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo coronavírus - COVID-19.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.010234/2021-95.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 123, de 2 de agosto de 2021, que autoriza prorrogação de vigência da Resolução Nº 031/2021, de 5 de março de 2021, e da Resolução Nº 035/2021, de 10 de março de 2021, ambas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para regulamentar o Período Letivo 2021.2 dos Colégios Técnicos, em caráter excepcional e enquanto permanecer a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 2 de agosto de 2021.

Teresina, 18 de outubro de 2022

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 388, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova Calendário Acadêmico dos Colégios Técnicos vinculados à Universidade Federal do Piauí - UFPI, para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.045287/2022-90.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário Acadêmico dos Colégios Técnicos vinculados à UFPI, para os períodos letivos 2023.1 e 2023.2, conforme Anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de novembro de 2022, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 388, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

CALENDÁRIO ACADÊMICO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS VINCULADOS À UFPI/PERÍODOS - 2023.1 E 2023.2

NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2022

07/11/2022 a 05/12/2022 - Inscrições no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos dos Colégios Técnicos da UFPI nas cidades de Teresina, Floriano e Bom Jesus para ingresso no ano de 2023.

JANEIRO DE 2023 (00 dias letivos)

Feriado Nacional: 01/01 – Confraternização Universal

01/01 a 31/01 (31 dias) - Período destinado ao lançamento de férias dos docentes dos Colégios Técnicos da UFPI.

Até 10/01 - Divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo 2023 dos Cursos Técnicos dos Colégios Técnicos da UFPI nas cidades de Teresina, Floriano e Bom Jesus para ingresso no ano de 2023.

16/1 a 27/1 – Matrícula/Rematrículas/Reintegração para alunos ingressantes e veteranos / Planejamento Pedagógico.

FEVEREIRO DE 2023 (17 dias letivos)

06/02 - Início das aulas do período letivo 2023.1 dos Colégios Técnicos da UFPI.

MARÇO DE 2023 (27 dias letivos)

19/03 - 44º Aniversário do Colégio Técnico de Floriano (CTF).

21/03 - 41º Aniversário do Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ).

06/03 a 10/03 - Dispensa de disciplina e trancamento.

ABRIL DE 2023 (21 dias letivos)

Até dia 10/04 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

Feriado Nacional: 7/4 – Sexta-feira Santa

Feriado Nacional: 21/04 – Tiradentes



MAIO DE 2023 (26 dias letivos)

Feriado Nacional: 01/05 – Dia do Trabalho

10/05 - 69º Aniversário do Colégio Técnico de Teresina – CTT.

Até dia 10/05 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

JUNHO DE 2023 (25 dias letivos)

Até dia 10/06 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

Feriado Nacional: 8/6 – Corpus Christi

30/6 - Consolidação no SIGAA (Cursos Técnicos concomitante e subsequente) e atualização no SIGAA (Ensino Médio) / **Encerramento do período letivo 2023.1.**

JULHO DE 2023

1/7 a 31/7 (31 dias) - Período destinado ao lançamento de férias dos docentes dos Colégios Técnicos da UFPI.

24/7 a 31/7 - Rematrícula e reintegração Institucional para os alunos veteranos.

1º semestre 2023	Dias Letivos
Fevereiro	17
Março	27
Abril	21
Maió	26
Junho	25
Total	116

AGOSTO DE 2023 (27 dias letivos)

1/8 - Início das aulas do período letivo 2023.2 dos Colégios Técnicos da UFPI.

28/8 a 31/8 - Dispensa de disciplina e trancamento.

SETEMBRO DE 2023 (27 dias letivos)

Feriado Nacional: 07/09 – Independência do Brasil

Até dia 11/09 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

OUTUBRO DE 2023 (23 dias letivos)

Até dia 10/10 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

Feriado Nacional: 12/10 – N. S. Aparecida Padroeira do Brasil

Feriado Nacional: 15/10 – Dia do Professor

Feriado Nacional: 19/10 – Dia do Piauí

Feriado Nacional: 28/10 – Dia do Servidor Público

NOVEMBRO DE 2023 (24 dias letivos)

Feriado Nacional: 02/11 – Dia de Finados

Até dia 10/11 - Atualização do SIGAA (plano de curso, conteúdos/aulas ministradas, notas, frequência).

Feriado Nacional: 15/11 – Proclamação da República

DEZEMBRO DE 2023 (15 dias letivos)

15/12 - Consolidação no SIGAA (Cursos Técnicos concomitante e subsequente) e consolidação no SIGAA (Ensino Médio) / **Encerramento do segundo período letivo 2023.2.**

16/12 a 31/12 (16 dias) - Período destinado ao lançamento de férias dos docentes dos Colégios Técnicos da UFPI.

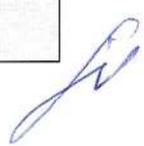
Feriado Nacional: 24/12 – Véspera de Natal

Feriado Nacional: 25/12 – Natal

Feriado Nacional: 31/12 – Véspera de Ano Novo

2º semestre 2023	Dias Letivos
Agosto	27
Setembro	27
Outubro	23
Novembro	24
Dezembro	15
Total	116

Dias Letivos (2023)	
1º semestre	116
2º semestre	116
Total	232



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Os Recessos Escolares referem-se apenas às Atividades Didático-Pedagógicas, ocorrendo funcionamento administrativo.
- São letivos todos os sábados, exceto se feriado ou quando houver indicação de Recesso Escolar.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI N° 389, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova criação do Curso de Especialização em Saúde da Mulher, do departamento de Biofísica e Fisiologia do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 13/09/2022 e, considerando:

- o Processo N° 23111.017269/2022-73.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a criação do Curso de Especialização em Saúde da Mulher, a ser ofertado pelo departamento de Biofísica e Fisiologia do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFPI, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor no dia 1° de novembro de 2022, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4°, do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

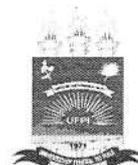
Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER**

TERESINA/PI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER**

**Projeto pedagógico do curso de
Especialização em Saúde da Mulher**, do
departamento de Biofísica e Fisiologia /
Centro de Ciências da Saúde, submetido
para apreciação e aprovação nas devidas
instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

Setembro 2022



INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes
Reitor da UFPI

Prof. Dr. Viriato Campelo
Vice-Reitor(a) da UFPI

Prof. Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso
Diretor do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFPI)

Prof^a. Dr^a. Waldileny Ribeiro De Araujo Moura
Chefe do Departamento de Biofísica e Fisiologia

PARCERIA

MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE DA MULHER

NUEPES



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	5
2. COORDENAÇÃO	6
3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	8
4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	10
5. OBJETIVOS	14
6. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO	15
7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS	16
8. CARGA HORÁRIA	20
9. PERÍODO E PERIODICIDADE	21
10. ESTRUTURA CURRICULAR	22
11. CONTEÚDO	23
12. CORPO DOCENTE	32
13. ENCARGOS DOCENTES	43
14. CRONOGRAMA	44
15. METODOLOGIA	45
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	46
17. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	47
18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA	48
19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	49
20. CERTIFICAÇÃO	51
21. INDICADORES DE DESEMPENHO	52
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	55

1. IDENTIFICAÇÃO



1.1 Denominação do curso: Especialização em Saúde da Mulher

1.2 Área/subárea de conhecimento: Materno Infantil

1.3 Unidade de ensino: Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Piauí,
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

1.4 N° de Vagas: 100

1.5 N° de Vagas UFPI: 10

1.6 Unidade acadêmica: Departamento de Biofísica e Fisiologia

1.7 Instituições parceiras: SESAPI/ COSEMS-PI

1.8 Modalidade de oferta: AUTOFINANCIADO

1.9 Modalidade de ensino: Híbrido

1.10 Titulação a ser conferida: Especialista em Saúde da Mulher

1.11 Comissão de elaboração:

Prof^ª Dr^ª Lis Cardoso Marinho Medeiros - Presidente
Prof^ª Ms. Lídia Araújo dos M. Moura Fé - UFPI Vice Presidente
Prof^ª Ms Maria Auzeni de Moura Fé - SESAPI - Membro
Prof^ª Dr^ª Francisca Miriane de Araújo Batista - CIATEN - Membro
Prof^ª Dra Salete Maria da Rocha Cipriano Brito - UFPI - Membro
Prof^ª Dr^ª Rosimeire Ferreira dos Santos - UFPI Membro
Prof^ª Dr^ª Zulmira Lúcia Oloveira Monte - UFPI - Membro

2. COORDENAÇÃO

2.1 Coordenador:

Nome: Lis Cardoso Marinho Medeiros

CPF: 208.042.533-15

SIAPE: 1167577

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Setor de lotação: Departamento de Biofísica e Fisiologia

E-mail: lismarinho10@gmail.com

Telefone: 86 98104-5607

Área/subáreas de atuação: Saúde / Saúde da Mulher e Formação de Recursos Humanos

Graduação: Enfermagem, (UFPI, 1985) e Odontologia (UFPI, 1991)



Pós-graduação: Mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 1991); Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2001); Especialização em Curso de Formação Pedagógica (MS, 2004); e, Especialização em Saúde Pública (UFPI, 2016).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Docente do Departamento de Biofísica e Fisiologia da UFPI (1985-atual); Coordenadora Adjunta UNASUS-UFPI (2013-2018); Coordenadora Executiva UNASUS-UFPI (2019-atual).

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4773333384743803>

2.2 Coordenadora adjunta:

Nome: LÍDIA ARAÚJO DOS MARTÍRIOS MOURA FÉ

CPF: 853.622.713.34

SIAPE: 1519260

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Sector de lotação: GRÁFICA DA UFPI/ UNA-SUS

E-mail: lidiamfe@yahoo.com.br

Telefone: 999986639

Área/subáreas de atuação: Saúde / Saúde da Mulher e Formação de Recursos Humanos

Graduação: Odontologia (UFPI, 1991)

Pós-graduação: MESTRADO EM SAÚDE DA MULHER

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional

Graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (2008) e Bacharelado em Ciências da Computação pela Universidade Estadual do Piauí (2002). Pós-graduação em nível de especialização em Ortodontia e em Saúde Pública e Mestrado em Saúde da Mulher pela UFPI (2017). Membro do projeto da rede Evipnet: Estratégias para redução da Mortalidade Materna no estado do Piauí. Coordenadora de Material Didático do curso de Especialização em Saúde da Família e Comunidade da UFPI, do qual já foi tutora. Servidora pública da Universidade Federal do Piauí

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6186931381711609>



3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A mortalidade por causas relacionadas à gravidez, parto e puerpério (cap. XV, da CID-10) não aparece entre as principais causas de morte feminina. No entanto, ainda é considerada um grave problema de saúde pública devido às altas taxas de mortalidade por causas obstétricas diretas, consideradas evitáveis. Ademais, atinge desigualmente a população, estando relacionada com a raça/cor, nível socioeconômico e região do país (MOURA FÉ et al, 2020).

De acordo com o Painel de Monitoramento de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Ministério da Saúde, entre os óbitos maternos ocorridos no Brasil, segundo a causa básica (CID-10), no período de 2015 a 2019, aproximadamente 67,2% deles aconteceram por **causas obstétricas diretas**. As complicações que mais se destacaram foram: hipertensão (1.608 óbitos; 28,7%), hemorragia (1.093 óbitos, 19,5%), infecção puerperal (454 óbitos; 8,1%) e aborto (310 óbitos; 5,5%). Seguindo a tendência nacional, no Piauí foram registrados no mesmo período um total de 195 óbitos, a maior parte deles relacionados a hipertensão (45 óbitos; 28,5%), hemorragia (26 óbitos, 16,6%), infecção puerperal (19 óbitos; 12,5%) e aborto (5 óbitos, 3,2%) (BRASIL, 2020a).

Nesse cenário, surgem esforços nacionais e internacionais para redução da Razão de Mortalidade Materna (RMM), uma vez que reverbera uma deficiência na qualidade de assistência à saúde da mulher. Com base nessa lógica, e tendo em vista as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Brasil busca atingir a RMM de 30 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2030 (PNUD, 2015).

Para o Piauí, busca-se que a razão de mortalidade materna no estado saia do patamar de 170 óbitos maternos por 100 mil nascidos-vivos por causa da pandemia de Covid19, no ano de 2022, para pelo menos 70 óbitos por 100 mil nascidos vivos no ano de 2023, ou seja tentando encontrar a redução, conforme Objetivo de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030, um compromisso assumido no Plano Estadual de Ação para Redução da Mortalidade Materna e da Infância.

Em 2017, o NUEPES aprovou um projeto da rede EVIPnet Brasil, onde a meta foi produzir uma síntese de evidência. A proposta do núcleo foi a **Síntese de evidências para políticas de saúde Estratégias para redução da mortalidade materna no estado do Piauí**, publicada em 2020. Na elaboração da síntese foram encontradas três opções de intervenção e uma dessas foi Capacitação das equipes de Atenção Primária em Saúde (APS).



Uma das opções, foi a **Opção3: Capacitação das equipes de saúde na APS**. Assim, a equipe do NUEPES, com a colaboração da UFMG e UNIFESP, e participação irrestrita da SESAPI e COSEMS-PI planejou um I Fórum na região de saúde Planície e dos Cocais com o objetivo de apresentar a situação epidemiológica da região sobre a mortalidade materna e, em conjunto, pensar estratégias de intervenção factíveis e que possam contribuir para reduzir a mortalidade materna.

Por uma solicitação expressa do COSEMS-PI, na ocasião da realização do I Fórum para Redução da Mortalidade Materna, ocorrido em Parnaíba – PI em novembro de 2021, foram realizados eventos semelhantes na região de saúde dos Territórios Chapada das Mangabeiras e do Território da Serra da Capivara. Como foi uma solicitação dos municípios resolveu-se planejar e realizar por considerar relevante a demanda. Como são regiões próximas que ficam longe da capital do estado, a logística foi providenciada no sentido de atender os dois territórios no mesmo período.

Após a realização dos Fóruns, concluiu-se que os municípios apontaram com mais ênfase ações de educação permanente, o que demonstra uma vontade e uma grande necessidade dos profissionais de informações corretas para cuidar da gestante.

Concluiu-se que os municípios conhecem com propriedade os problemas e sabem como resolver a maioria deles. Ficou clara a fragilidade da rede de atenção à mulher em todo o ciclo gravídico puerperal, onde os relatos apontam para uma dificuldade na contra referência de exames e nas informações técnicas do manejo clínico. Foi também referida uma necessidade de refletir sobre os casos de óbito pela apresentação da proposta de criação de um Comitê de investigação do óbito materno.

Dessa forma, o NUEPES e o Mestrado Saúde da Mulher, organizadores dos Fóruns, para dar continuidade e para que esse fórum realmente impacte na redução da mortalidade materna estão ofertando a Especialização em Saúde da Mulher.

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI. Foi criada pela Lei Nº 5.528 de 12 de novembro de 1968, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí. A UFPI apresenta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFISICA E FISILOGIA**



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, que é exercida na forma de legislação vigente, de seu Estatuto e seu Regimento Geral.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Todas estas bases normativas e o Relatório de Gestão da UFPI foram consultadas para compor essa apresentação da Instituição.

É missão da Universidade Federal do Piauí propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

De acordo com o artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí, é objetivo desta Instituição cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a:

a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;

c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira;

d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação.

e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;

f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLOGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma IES de natureza federal, de estrutura multi-campi, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, contando ainda com três outros Campi, instalados nas cidades piauienses de Picos, Bom Jesus e Floriano. Possui cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação lato sensu (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial, além de ensino à distância (EaD), que está presente em todo estado.

Como órgão encarregado por propor políticas de ensino de pós-graduação, a Pró-Reitoria de ensino de pós-graduação (PRPG) viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel está voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado, a partir do último quinquênio.

A pós-graduação stricto sensu na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. Em 2019, a UFPI já contava, efetivamente com 48 (quarenta e oito) programas, contabilizando 63 (sessenta e três) cursos nas diversas modalidades, seja especialização, mestrado e doutorado.

Quanto à evolução das notas dos Programas de Pós-Graduação Institucionais e em Associação, acadêmicos e profissionais, na avaliação quadrienal de 2017 da CAPES, observou-se 05 (cinco) Programas de Pós-Graduação da UFPI com nota 5 e 16 (dezesesseis), com nota 4. Em 2018, mais de 50% (cinquenta por cento) das notas dos Programas concentraram-se em 4 e 5. Isso representa um desempenho bom e muito bom/excelente, respectivamente, com crescente qualificação e consolidação destes.

Em se tratando do Centro de Ciências da Saúde (CCS), contamos com treze departamentos, a saber: Medicina Comunitária, Clínica Geral, Materno Infantil, Medicina Especializada, Enfermagem, Odontologia Restauradora, Patologia e Clínica Odontológica, Educação Física, Nutrição, Parasitologia e Microbiologia, Bioquímica e Farmacologia,



Morfologia, e Biofísica e Fisiologia. Além dos seis cursos de graduação na área de saúde (medicina, odontologia, enfermagem, nutrição, Farmácia e Educação Física), são ofertados cursos de especialização, mestrado e doutorado em diversas temáticas.

O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Permanente para o SUS (NUEPES) foi instituído por Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Piauí em setembro de 2011. O propósito do NUEPES é produzir trabalhos acadêmicos e acervos documental e bibliográfico sobre os processos de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e incentivar e promover projetos de pesquisa e de ensino com envolvimento dos docentes, discentes e outros agentes da rede.

Desde sua criação, o Núcleo teve vários projetos aprovados em editais públicos: PROEXT 2013, UNA-SUS 2013, PPSUS 2014 e 2017, Mestrado Profissional em Saúde da Mulher 2015, EVIPNET 2017. Estes projetos viabilizaram pesquisas e cursos de formação que impactam diretamente na assistência das pessoas atendidas pelo SUS. Os cursos são implementados na lógica da educação permanente e promovem projetos de intervenção a partir do diagnóstico da situação *in locu*. O NUEPES promove também outras atividades de capacitação e eventos científicos como o Congresso Internacional de Atenção Primária em Saúde (CIAPS 2015, 2017 e 2019).

Em 2022 O NUEPES foi o organizador dos 3 Fóruns para a redução da Mortalidade Materna no Piauí.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

- Qualificar profissionais na área de saúde da mulher



5.2 Objetivos específicos

- Compreender a situação epidemiológica da saúde da mulher;
- Compreender sobre manejo clínico baseado nas evidências científicas ;
- Avaliar as estratégias implementadas nos municípios para saúde da mulher especificamente para a redução da mortalidade materna;



- Apresentar estratégias para saúde da mulher especificamente para a redução da mortalidade materna;
- Discutir para uma implementação um Plano de ação para a redução da mortalidade materna para o Piauí .

6. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

Público alvo: profissionais graduados em áreas da saúde ou em outras áreas desde que atuem na saúde da mulher. Secretários de saúde, Coordenador da atenção básica, Coordenador de vigilância, Diretor de hospital, médicos, enfermeiros e gestores

Perfil do egresso: profissionais com competências e habilidades para uso sistemático de evidências na tomada de decisões no seu processo de trabalho para a área da saúde da mulher

A construção do perfil do egresso dar-se-á, também, com ênfase na visão sistêmica, participativa, na capacidade crítica e reflexiva de ação, devendo atuar em defesa do Sistema Único de Saúde e da redução da mortalidade materna.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS

Para concorrer a uma vaga no curso, serão exigidos os seguintes critérios:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou estrangeiro com visto permanente;
- b) Possuir graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo, reconhecidos pelo MEC) em Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social ou Terapia Ocupacional;
- c) Ser classificado no processo seletivo, em obediência à quantidade de vagas disponíveis;
- d) Possuir acesso e habilidade no uso de computadores e recursos de comunicação *online*, como: Internet, e-mail, chat e fóruns.

Em conformidade e em cumprimento à Resolução nº. 131/05 – CEPEX/UFPI, Cap. III, Art. 14, 10% (dez por cento) das vagas ofertadas serão destinadas, sem ônus para a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFISICA E FISILOGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



Instituição, ao corpo docente e aos técnicos-administrativos da UFPI, os quais serão igualmente submetidos aos procedimentos seletivos.

As inscrições deverão ser realizadas via SIGAA mediante *link* de acesso no edital a ser disponibilizado pela Comissão de Seleção. A entrega de documentos deverá ser realizada na Secretaria do Departamento de Medicina Comunitária/CCS/UFPI, situada na Avenida, 2280, Centro/Sul, CEP-64001-450, no horário de 8h30 às 11h30 e de 15h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

O concludente de cursos de graduação reconhecidos e/ou autorizados pelo Ministério da Educação e/ou Conselho Estadual de Educação, poderá inscrever-se em processo seletivo de pós-graduação lato sensu, mediante a apresentação de documento comprobatório de que é aluno-formando e que está matriculado em todas as disciplinas necessárias à integralização da matriz curricular da sua graduação e, caso seja selecionado, deverá entregar a cópia, autêntica, do Diploma ou da respectiva Certidão de Conclusão, no ato da matrícula.

No ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá entregar cópia conferida com os respectivos originais dos seguintes documentos:

a) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso de Graduação, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou revalidado em Universidade Brasileira, no caso de ser expedido por estabelecimento de Ensino Superior Estrangeiro;

b) Curriculum vitae comprovado – obrigatoriamente entregue no modelo disponibilizado em edital;

c) Documento de Identidade e CPF;

d) Título Eleitoral com comprovante da última votação;

e) Requerimento de Inscrição;

f) Carta de Intenção.(Exposição de motivos de interesse pelo curso optado pelo candidato);

g) Declaração da Instituição de Ensino Superior (IES) de que o candidato é aluno formando de curso de graduação.

O processo seletivo consistirá em três etapas:

- **Primeira etapa** – Análise da documentação e homologação das inscrições (eliminatória).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



Faz referência à conferência dos pedidos de inscrição, conforme edital a ser publicado.

- **Segunda etapa:** Análise Curricular (eliminatório – mínimo 7,0 pontos – até três vezes o número de vagas)

Consta com a Análise Curricular – baseada na Plataforma Lattes. Nessa etapa, serão analisados os currículos dos candidatos e serão pontuados de acordo com os seguintes itens:

1. Cursos realizados (formação)

- 1.1 Cursos na área
- 1.2 Cursos fora da área

2. Produção científica nas áreas afins

- 2.1 Artigos publicados ou aceitos para publicação, ambos em periódicos indexados
- 2.2 Capítulo de livro com ISBN
- 2.3 Trabalhos científicos - Resumos em Anais
- 2.4 Outros trabalhos

3. Outras atividades de relevância acadêmica e profissional

- 3.1 Prêmios, láureas e distinções em atividades científicas e afins
- 3.2 Participação em eventos de área afim

4. Experiência profissional em gestão de saúde pública

- 4.1. Tempo de atuação em gestão em saúde pública / por semestre

Essas atividades só serão pontuadas mediante documentos comprobatórios anexados ao currículo.

- **Terceira etapa:** Entrevista (eliminatória – mínimo 7,0 pontos)

A **terceira etapa** consistirá em uma entrevista com arguição conjunta sobre a análise do Currículo Lattes, carta de recomendação (gestor municipal ou estadual), carta de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFISICA E FISILOGIA**



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

intenções e objeto de estudo que pretende desenvolver. A entrevista será realizada por uma comissão composta por pelo menos 3 (três) representantes do corpo docente do programa.

A pontuação de cada item será apresentada em edital específico.

A nota final do candidato será formada pela soma da nota obtida na análise do currículo e entrevista.

As três etapas do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação terão caráter eliminatório.

A definição da classificação dos candidatos (em ordem decrescente) será feita pela média aritmética da nota das duas últimas etapas.

A nota mínima para aprovação é 7,0 (sete). Em caso de empate no resultado final, o desempate ocorrerá em observância, e na ordem dos seguintes critérios:

- a) Maior nota na formação acadêmica;
- b) Maior nota em experiência profissional;
- c) Candidato com maior idade (Estatuto do Idoso).

As matrículas serão realizadas em duas fases. No caso de o candidato classificado/convocado para a 1ª. fase da matrícula não comparecer para a respectiva efetivação, sua vaga será disponibilizada ao candidato classificado na ordem seguinte, e assim por diante. As matrículas dos aprovados serão realizadas no seguinte endereço: Departamento de Medicina Comunitária do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí. Avenida Frei Serafim 2280, centro/sul, CEP 64.001-450. Teresina-PI. Contato: (86) 3215-5851.

Para efetivar a matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar um documento oficial de identificação com fotografia, bem como preencher Requerimento de Matrícula (fornecido pela Coordenação do Curso), e entregar a seguinte documentação:

- a) Duas fotografias no formato 3x4 (recentes);
- b) Cópia de comprovante de endereço (poderá ser de uma fatura de conta de água, energia elétrica, telefone ou cartão de crédito, referente ao mês anterior ao da matrícula).

8. CARGA HORÁRIA



A carga horária total do curso será de 465 horas. Isso incluirá o tempo destinado a atividades em sala de aula, atividades práticas, estudos individuais e em grupo sob orientação e ao trabalho de conclusão de curso. Desta carga horária, 90 (noventa) horas serão destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso terá a duração de um ano, com a previsão de início em janeiro 2023 e término em janeiro de 2024. A periodicidade das aulas presenciais/ remota será quinzenal, com a previsão de realização nas quintas e sextas-feiras à noite. As atividades à distância ocorrerão por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

10. ESTRUTURA CURRICULAR

Módulos	C.H.	Créditos
Políticas públicas para mulher: fundamentos e diretrizes do SUS	30	2.0.0
Organização e funcionamento dos serviços em redes: Rede Cegonha. Cuidados na APS	30	2.0.0
Bioestatística aplicada	45	3.0.0
Epidemiologia aplicada a saúde da mulher	30	1.1.0
Saúde informada por evidência	30	2.0.0
Mapa de evidência para redução da mortalidade materna	30	2.0.0
Saúde da mulher na fase reprodutiva	30	2.0.0
Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério na APS e na alta complexidade	60	4.0.0
Oncologia e a saúde da mulher	30	2.0.0
Legislação nacional referente às Mulheres	30	2.0.0
Fitoterapia e práticas integrativas e complementares para a saúde da mulher	30	2.0.0



Trabalho de Conclusão de Curso	90	0.6.0
TOTAL	465	24.7.0

11. CONTEÚDO

A seguir, serão indicadas as disciplinas, acompanhadas da carga horária, créditos, ementa e bibliografia, com as referências atualizadas por componente curricular:

Módulo: Políticas públicas para mulher: fundamentos e diretrizes do SUS		
Disciplina: Políticas públicas para mulher: fundamentos e diretrizes do SUS	CH: 30 horas	Créditos: 2.0.0
Ementa: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). Políticas Públicas de Atenção à Saúde da Mulher no Brasil Programa de Assistência Integral à saúde da mulher (PAISM). Pactos pela vida, em defesa do sus e de gestão. Plano nacional e estadual para saúde da mulher - 2016 – 2023. Planificação da Atenção à Saúde - PAS		
Bibliografia: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Nacional de Saúde: PNS 2016 – 2019. Brasília, 2016, 93p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. 1ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011, 82p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA, DEPARTAMENTO DE APOIO À DESCENTRALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO À GESTÃO DESCENTRALIZADA. Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: ano 2006, 76p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 82p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984. 15p. MENDES, E. V. A Construção Social da Atenção Primária à Saúde. BRASÍLIA: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015. 193p. MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. Rede Cegonha. https://aps.saude.gov.br/ape/cegonha , acessado em 20 de outubro de 2020. SEPÚLVEDA, M. A. C. Breve Histórico dos Programas Nacionais de Saúde Materno-Infantil. Acessado em http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/campinas.htm , 14 de outubro de 2020. SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN, MINISTÉRIO DA SAÚDE. PlanificaSUS: Workshop de Abertura - A Planificação		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

da Atenção à Saúde. 2019a. 44p.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com Foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada –**

Saúde da Mulher na Gestaçã, Parto e Puerpério. 56 p, 2019b.

Módulo: Organização e funcionamento dos serviços em redes: Rede Cegonha. Cuidados na APS

Disciplina: Organização e funcionamento dos serviços em redes: Rede Cegonha. Cuidados na APS	CH: 30 horas	Créditos: 2.0.0
---	---------------------	------------------------

Ementa:

A atenção primária como coordenadora de serviços de saúde. Atores/sujeitos como formuladores e implementadores de projetos de políticas públicas de saúde. O Controle social e a formação dos comitês de vigilância do óbito materno. Gestão Organizacional na Rede Básica, Secundária e Terciária. Processo decisório: aspectos da elaboração, organização e execução administrativo. Redes de Atenção à Saúde: Rede Cegonha Estratificação e classificação de risco.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459 de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS - a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Gravidez, Parto e Nascimento com Saúde, Qualidade de Vida e Bem-Estar. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Novo Informe Sobre a Caderneta da Gestante. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/sas/saude-da-mulher/noticiassaude-da-mulher/18382-novo-informesobre-a-cadernetadagestante>>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual prático para implementação da Rede Cegonha. Brasília, 2011b. Disponível em: https://saude.mppr.mp.br/arquivos/File/kit_atencao_perinatal/rede_cegonha/manual_pratico_rede_cegonha. Acesso em: 03 de set. 2020.

DIAS-DA-COSTA JS, CESAR JA, HAAG CB, WATTE G, VICENZI K, SCHAEFER R. Inadequação do pré-natal em áreas pobres no Nordeste do Brasil: prevalência e alguns fatores associados. *Saúde Materno Infantil (Recife)* [periódicos na internet] 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v13n2/a03v13n2.pdf>.

FERNANDES, R. Z. S.; VILELA, M. F. G. Estratégias de integração das práticas assistenciais de saúde e de vigilância sanitária no contexto de implementação da Rede Cegonha. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n.11, p. 4457-4466, 2014.

GIOVANNI, M. Rede Cegonha: da concepção à implantação. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2013. p. 72. *Federal do Piauí - UFPI*

GUERRA H S; HIRAYAMA, A B; DA SILVA, AKC; OLIVEIRA, BJS; OLIVEIRA, JFJ. Análise das ações da rede cegonha no cenário brasileiro. *Iniciação Científica CESUMAR* - jan./jun. 2016, v. 18, n. 1, p. 73-80.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

MARTINELLI KG, NETO ETS, GAMA SGN, OLIVEIRA AE. Adequação do processo da assistência pré-natal segundo os critérios do programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento – Rede Cegonha Rev. Bras. Ginecologia e Obstetrícia (Rio de Janeiro) [periódico na Internet]. 2014 [citado 2018]; 36(2): 56-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v36n2/0100-7203-rbgo-36-02-00056.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Instituição da Política nacional se Atenção Obstétrica e Neonatal. Portaria 1067 de 4 de julho de 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

NASCIMENTO JS; SILVA MR; OLIVEIRA ECT; MONTE GCSB. Assistência à Mulher no Pré-Natal, Parto e Nascimento: Rede Cegonha. Revist. Port.: Saúde e Sociedade, 2018;3(1):694-709.

OLIVEIRA G, BORTOLE CFC, PRATES LA, ASTARITA KB, SILVA TC, ROSSEL LB. Access to prenatal care within the primary care: an integrative review. Enfermagem (Recife) [periódico na Internet]. 2016 [citado 2017jun. 09]; 10(9):3446-54. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11427>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Contraceptive eligibility for women at high risk of HIV Guidance statement - Recommendations on contraceptive methods used by women at high risk of HIV. Acesso em: 29 Ago. 2019.

RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas. Interface (Botucatu), Botucatu, v.13, p. 759-768, 2009.

VASCONCELOS, M. F. F.; MARTINS, C. P.; MACHADO, D. O. Apoio institucional como fio condutor do plano de qualificação das maternidades: oferta da política nacional de humanização em defesa da vida de mulheres e crianças brasileiras. Interface (Botucatu), v. 18, suppl. 1, p. 997-1011, 2014..

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

Módulo: Bioestatística aplicada

Disciplina: Bioestatística aplicada

CH: 30 horas

Créditos: 2.0.0

Fundamentos da estatística e sua aplicação no campo da saúde. Métodos de estatística descritiva, amostragem, inferência estatística e testes de hipóteses. A análise de variância em modelos paramétricos e não-paramétricos. Correlações, regressões lineares simples e múltiplas.

Bibliografia:

ADAMS, M. J. Chemometrics in analytical spectroscopy. Cambridge, Royal Society of Chemistry, 1995.

BARBIN, D. Componentes de variância, teoria e aplicações. 2a. ed. Piracicaba: FEALQ, 1998.120p.

BROWN, D.; ROTHERY, P. Models in biology: mathematics, statistics and computing. New York: John Wiley, & Sons, 1993. 687p.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

CARPINETTI, L.C.R. Planejamento de experimentos. São Carlos: EESC-USP, 1996.176p.

DÍAS, F. R. & LÓPEZ, F, J. B. Bioestatística. São Paulo, Thompson .2007, 284p.

EBRAHIM, G J & SULLIVAN, K R. Métodos de Pesquisa em Saúde. IMIP, Recife, 1996.

EBRAHIM, G J. Análise Multivariada. Métodos de Pesquisa II. IMIP, Recife, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

- FRETCHER, R. H.; FRETCHER, S. W.; WAGNER, E. H. Epidemiologia clínica. Trad. Maria Inês Schmidt et al. Porto Alegre. Aretes Médicas. 1989. 312p.
- GOMES, F.P. Curso de estatística experimental. 13a ed. Piracicaba Livraria Nobel, 1990. 467p.
- GUEDES, M. L. S. & GUEDES, J. S. Bioestatística para profissionais de saúde. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, CNPq, 1988.199p.
- HOFFMAN, R. Estatística para economista. São Paulo: Livraria Pioneira Editora,
- KRONKA, S. N.; BANZATO, D.A. Experimentação agrícola. 3. ed. Jaboticabal: UNESP, 1995. 247p.
- LEVIN, J. Estatística aplicada a ciências humanas. 2 ed. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.392p.
- MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. **Estatística geral e aplicada**. 5ed. Sao Paulo: Atlas, 2014.
- MILLER, J. C. Statistics analytical chemistry. J. C. Miller, J. N. Miller – COLAB. 3ed. New York, Ellis Horwood, 1993. 233p.
- MOITA NETO, J. M.; MOITA, G. C. Uma introdução à análise exploratória de dados multivariados. Química Nova, 21(4), 467-469 (1998).
- MOORE, D. S.; NOTZ, W. I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e sua prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- NETER, J.; WASSERMAN, W.; WHITMORE, G.A. Applied statistical. New Jersey: Prentice Hall,1992.992p.
- NOGUEIRA, M.C.S. Estatística experimental aplicada à experimentação. Piracicaba: ESALQ-USP, 1997. 247p.
- PEREIRA, M G. Epidemiologia - Teoria e Prática.Guanabara Koogan. Brasília, 2001.
- SAMPAIO, I.B.M. Estatística aplicada à experimentação animal. 1o ed. Belo Horizonte: Fundação de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia, 1998. 221p.
- SARRIÉS, G.A; ALVES, M.C.; OLIVEIRA, J.C.V. Sanest. Piracicaba 57p. (Série didática Ciagri nl 6).
- SILVA, N.N da. Amostragem probabilística. São Paulo: EDUSP, 1998. 124p.
- TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 11.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- VASCONCELOS, J. A. DI J.; BEKER NETO, R.; VASCONCELOS, M.M. Programação com aplicação em microcomputador linear. Rio de Janeiro: Ciência moderna computação Ltda, 1988. 77p.
- VIEIRA, S. Estatística experimental. São Paulo: Atlas, 1999.185p.
- VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Análise de regressão: econometria. 2. ed. São Paulo. HUCITEC, 1977. 379p.
- VIEIRA, S.; WADA, R. O que é estatística. São Paulo. Editora Brasiliense, 1998.
- VIEIRA, S. **Bioestatística: topicos avancados**. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Módulo: Epidemiologia aplicada a saúde da mulher

Epidemiologia aplicada a saúde da mulher	CH: 30 horas	Créditos: 1.1.0
--	---------------------	------------------------

Ementa: Aspectos Históricos e Aplicações da Epidemiologia. Incidência e Prevalência. Indicadores de Saúde. Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM. Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC). Sistema De Informação de Agravos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Notificação (SINAN). Sistema de Informação Hospitalar do SUS – SIH/SUS. Sistema de Informação para Atenção Básica - SISAB. Taxa e Indicadores da Saúde da Mulher.

Bibliografia:

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 708 p.

MEDRONHO R; BLOCH KV; LUIZ RR; WERNECK GL (eds.). **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009, 2a Edição.

ENNETH, R.; SANDER, G.; TIMOTHY, L.; *Epidemiologia Moderna*. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

ESCOSTEGUY, C. C.; PEREIRA, A. G. L.; MEDRONHO, R. A. Três décadas de epidemiologia hospitalar e o desafio da integração da Vigilância em Saúde: reflexões a partir de um caso. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.10, pp.3365-3379. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017021003365&script=sci_abstract&tlng=pt

GALLEGUILLOS, T.G. B. *Epidemiologia - Indicadores de Saúde e Análise de Dados*. São José dos Campos: Editora Saraiva, 2014.

GOMES, E. C. S. *Conceitos e ferramentas da epidemiologia* (PDF) Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015. 83 p.

MARINHO, F. et al. Novo século, novos desafios: mudança no perfil da carga de doença no Brasil de 1990 a 2010.* *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 25(4):713-724, out-dez 2016. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000400713

OLIVEIRA, C. M.; CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. *Saúde debate* | rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 255-267, JAN-MAR 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2015.v39n104/255-267/pt/>

PEREIRA, M. G. *Epidemiologia: teoria e prática*. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2018.

PINHEIRO, A.L.S.; ANDRADE, K.T.S.; SILVA, D.O.; ZACHARIAS, F.C.M.; GOMIDE, M.F.S.; PINTO, I.C. Gestão da saúde: o uso dos sistemas de informação e o compartilhamento de conhecimento para a tomada de decisão. *Texto Contexto Enferm*, 2016; 25(3). Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v25n3/pt_0104-0707-tce-25-03-3440015.pdf

PEREIRA, C.; VEIGA, N. *A Epidemiologia. De Hipócrates ao século XXI*. *Millenium*, 47 (jun/dez). Pp. 129-140. 2014. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/millenium/article/viewFile/8114/5712>

PEREIRA, Mauricio Gomes. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. *Rouquayrol - Epidemiologia e saúde*. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Para tabulação On-Line: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>
- Permite aos usuários tabular os dados por meio de aplicativo de fácil manejo chamado Tabnet; 2. Para Download dos Micro Dados: os micro dados estão disponível para Download no endereço: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901&item=1&acao=26&pad=31655>; 3. Para tabulação de dados: para realização de tabulações é disponibilizado pelo DATASUS a ferramenta TabWin, para download da ferramenta acesse: <http://www.datasus.gov.br/tabwin>; 4. Painéis: para acesso aos painéis de mortalidade acesse o link: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/>

Módulo: Saúde informada por evidência

Disciplina: Saúde informada por evidência

CH: 30 horas

Créditos: 0.2.0

Ementa: Planejamento de projeto de pesquisa. Tipos de Estudos (ensaio clínico, revisão sistemática, revisão bibliográfica, séries de caso, relato de caso, etc.). Métodos de randomização. Bases de dados e descritores em saúde. Elaboração de estratégias de busca. Coleta, apresentação e análise dos dados. Itens relevantes em artigos científicos. Cadastro na Plataforma Brasil. Pontos essenciais do TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido). Uso da Informática na estruturação da dissertação. Evidências. Projeto Evipnet. Mortalidade materna.

Bibliografia:

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Gestão do Conhecimento em Saúde no Brasil: avanços e perspectivas; orgs. José Moya, Eliane Pereira dos Santos, Ana Valéria M. Mendonça – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. 140 p.

CHOI, B. C. K. et al. Can scientists and policy makers work together? *Journal of Epidemiology and community health*, v. 59, n. 8, p. 632-637, 2005. Disponível em:

<http://jech.bmj.com/content/59/8/632.short>

SOUSA, M. R.; RIBEIRO, A. L. P. Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial. *Arq. Bras. Cardiol.* v. 92, n. 3, São Paulo Mar. 2009

OXMAN, A. D. et al. SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP) 1: What is evidence-informed policymaking?. **Health Research Policy and Systems**, v. 7, n. Suppl 1, p. S1, 2009. Disponível em: <http://http://www.healthresearchpolicyandsystems.org/>



RAMOS, M. C.; SILVA, E. N. Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública?. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 296-306, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811624>. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000100296&lng=en&nrm=iso)

[11042018000100296&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000100296&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2019.

WACHHOLZ, P. A.; LIMA, S. A. M.; VILLAS BOAS, P. J. F. Da prática baseada em evidências para a saúde coletiva informada por evidências: revisão narrativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 31, n. 2, 1-7, 2018.

Capítulo 1: O que são Políticas Informadas por Evidências (PIE)

<http://sintese.evipnet.net/livro/1-o-que-e-elaboracao-de-politicas-baseadas-em-evidencias/>

Capítulo 4: Definir o problema

<http://sintese.evipnet.net/livro/4-como-usar-evidencias-de-pesquisa-para-esclarecer-um-problema/>

Capítulo 5: Encontrar opções para o problema

<http://sintese.evipnet.net/livro/5-como-usar-evidencias-de-pesquisa-para-estruturar-opcoes-com-o-objetivo-de-abordar-um-problema/>

Capítulo 6: Implementar opções selecionadas

<http://sintese.evipnet.net/livro/6-o-uso-de-evidencias-de-pesquisa-para-informar-como-uma-opcao-sera-implementada/>

Capítulo 7: Localizar evidências

<http://sintese.evipnet.net/livro/7-localizacao-de-revisoes-sistematicas/>

Capítulo 8 e 9: Avaliar evidências (revisão sistemática) e adaptabilidade

<http://sintese.evipnet.net/livro/8-decidindo-ate-que-ponto-uma-revisao-sistematica-pode-ser-considerada-confiavel/>

<http://sintese.evipnet.net/livro/9-como-avaliar-a-aplicabilidade-dos-resultados-de-uma-revisao-sistematica/>

Capítulo 11: Busca e uso de evidências locais

<http://sintese.evipnet.net/livro/11-busca-e-uso-de-evidencias-sobre-condicoes-locais/>

Capítulo 13: Preparar a síntese para políticas

<http://sintese.evipnet.net/livro/13-preparo-e-uso-de-resumo-de-politicas-baseadas-em-evidencias/>

Capítulo 14: Organizar Diálogos Deliberativos

<http://sintese.evipnet.net/livro/14-organizar-e-utilizar-os-dialogos-da-politica-para-apoiar-a-politica-de-saude-baseadas-em-evidencias/>

Módulo: Mapa de evidência para redução da mortalidade materna

Disciplina: Mapa de evidência para redução da mortalidade materna

CH: 30 horas

Créditos: 2.0.0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Ementa: Introdução conceito e metodologia. Elaboração das buscas de evidências. Rayann.. Considerações sobre a implementação de opções para a gestão em saúde. Caracterização dos estudos de evidências. Mapa de evidência para redução da mortalidade materna

Bibliografia:

Mapas de Evidências sobre aplicação clínica das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

Boletim BIREME nº 37. Disponível em: <http://boletin.bireme.org/pt/2019/10/26/mapas-de-evidencias-sobre-aplicacao-clinica-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude/>

Organização Pan-Americana da Saúde. Gestão do Conhecimento em Saúde no Brasil: avanços e perspectivas; orgs. José Moya, Eliane Pereira dos Santos, Ana Valéria M. Mendonça – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. 140 p.

CHOI, Bernard CK et al. Can scientists and policy makers work together? *Journal of Epidemiology and community health*, v. 59, n. 8, p. 632-637, 2005

<http://jech.bmj.com/content/59/8/632.short>

OXMAN, Andrew D. et al. SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP) 1: What is evidence-informed policymaking?. **Health Research Policy and Systems**, v. 7, n. Suppl 1, p. S1, 2009.

<http://www.health-policy-systems.com/content/7/Suppl%201/S1>

RAMOS, Maíra Catharina; SILVA, Everton Nunes da. Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública?. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 296-306, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811624>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000100296&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2019.

WACHHOLZ, Patrick Alexander; LIMA, Silvana Andre Molina; VILLAS BOAS, Paulo Jose Fortes. Da prática baseada em evidências para a saúde coletiva informada por evidências: revisão narrativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 31, n. 2, 1-7, 2018.

Mapa de evidência para redução da mortalidade materna. Acesso

<https://public.tableau.com/app/profile/bireme/viz/mortalidade-materna-pt/evidence-map>

Módulo: Saúde da mulher na fase reprodutiva

Disciplina: Saúde da mulher na fase reprodutiva	CH: 30 horas	Créditos: 2.0.0
--	---------------------	------------------------

Visibilidade da mulher na esfera pública no cenário internacional. Programas do governo na área de saúde reprodutiva. Importância do surgimento do movimento feminista na saúde reprodutiva a importância da dor mamaria sobre a saúde reprodutiva da mulher.



Planejamento familiar no âmbito da Atenção Básica métodos contraceptivos. Métodos contraceptivos. Patologias mamárias benignas e malignas.

Bibliografia:

- ALLEN RH. Combined estrogen-progestin oral contraceptives: Patient selection, counseling, and use (UpToDate, 2020).
- BRAATEN KP, DUTTON CMS. Overview of female permanent contraception – UpToDate, 2020
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03leis/L9263.htm. Acesso em 18 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher – 4ª edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BUDIB MA, SORPRESO ICE, BOTOGOSKI, SR. Planejamento Familiar: conceitos, princípios gerais e critérios de elegibilidade dos métodos Anticoncepcionais. IN Tratado de Ginecologia da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO); 1ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2019.
- CURTIS KM, TEPPER NK, JATLAOUI TC, et al. U.S. Medical Eligibility Criteria for Contraceptive Use, 2016.
- GERLINGER C, et al. Different Pearl Indices in studies of hormonal contraceptives in the United States; impact of study population. *Contraception*;90(2):142-6, 2014.
- JARMY-DI BELLA ZI. Classificação dos anticoncepcionais. In Girão MJBC et al. Tratado de Ginecologia:1ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.
- JOHNSON D, SANDLOW J. Vasectomy: tips and tricks. *Transl Androl Urol*, 6(4):704-9, 2017.
- FONTES TMP, POLITANO CA, DOS SANTOS RLC, TOLEDANO IP. Métodos anticoncepcionais comportamentais, de barreira e cirúrgicos. In Fernandes CE e De Sá MFS. Tratado de Ginecologia FEBRASGO:1ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- FINOTTI MCCF, MAGALHÃES J, MARTINS LA, FRANCESCHINI SA. Métodos anticoncepcionais reversíveis de longa duração. In Fernandes CE e De Sá MFS. Tratado de Ginecologia FEBRASGO:1ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- TRUSSELL, J. Contraceptive Failure in the United States. *Contraception*;83(5):397-404, 2011.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO media center: Family planning/ Contraception – Fact sheet. Geneva: WHO; 2017b. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs351/en/>. Acesso em: 17jun. 2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Improving access to quality care in family planning: Medical eligibility criteria for contraceptive use, 2000. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/handle/10665/61086>. Acesso em: 20.jun. 2020.

Módulo: Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério na APS e na alta complexidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Disciplina: Saúde da mulher na gestação parto e puerpério na APS e na alta complexidade	CH: 60 horas	Créditos: 4.0.0
Ementa: Estratificação de riscos gestacional no pré-natal. Fatores de risco para hipertensão, hemorragia sepse e diabetes gestacional na gravidez, parto e puerpério. Tomada decisão informada por evidências para gestante com hipertensão ou risco de pré-eclampsia/eclampsia, hemorragia sepse e diabetes gestacional no baixo e alto risco.		
Bibliografia: <p>BRASIL. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. 2ª ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal. 2ª ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 7.508 de 28 de junho de 2011. Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. <i>DOU</i>, Brasília, 29 jun. 2011.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A gestão do SUS/Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Painel de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. 2020a. Disponível em: <http://svs.aims.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna>. Acesso em: setembro de 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Síntese de evidências para políticas de saúde: estratégias para redução da mortalidade materna no estado do Piauí. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020b.</p> <p>COSEMS-PI. Apoiador Regional: O novo projeto do COSEMS-PI. Teresina-PI, nº 01, maio, 2015.</p> <p>MOURA FÉ et al. Saúde da Mulher. EDUFPI: Teresina-PI, 2020. 102p. Disponível: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/19928>. Acesso em: 16 Fev, 2021.</p> <p>NASCIMENTO, Suelayne Gonçalves do et al. Mortalidade infantil por causas evitáveis em uma cidade do Nordeste do Brasil. <i>Rev. bras. enferm.</i> [online]. 2014, vol.67, n.2, pp.208-212. ISSN 0034-7167. http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140027.</p> <p>PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/saiba_mais/publicacoes>. Acesso em 13 set. 2020.</p> <p>SANTOS, Simone Passos de Castro e; LANSKY, Sônia; ISHITANI, Lenice Harumi e FRANCA, Elisabeth Barboza. Óbitos infantis evitáveis em Belo Horizonte: análise de concordância da causa básica, 2010-2011. <i>Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.</i> [online]. 2015, vol.15, n.4, pp.389-399. ISSN 1519-3829. http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292015000400003.</p>		



WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics 2020: Monitoring Health for the SDGs, sustainable development goals.** 92p, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2020/en/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Módulo: Oncologia e a saúde da mulher

Disciplina: Oncologia e a saúde da mulher

CH: 30 horas

Créditos: 3.0.0

Ementa: os os principais agravos da saúde nas mulheres brasileiras com seus respectivos desfechos e as principais neoplasias incidentes na população feminina. O curso será ministrado com aulas expositivas e discussão de casos bem como metodologias ativas de aprendizado. Serão abordados principalmente a prevenção primária e o diagnóstico precoce das principais neoplasias incidentes na mulher brasileira.

Bibliografia:

ASTBURY, K.; TURNER, M. J. Human papillomavirus vaccination in the prevention of cervical neoplasia. *International Journal of Gynecological Cancer.*, v. 19, n. 9, p. 1610-3, 2009. BENEDETTI PANICI, P.; BASILE, S.; ANGIOLI, R. Pelvic and aortic lymphadenectomy in cervical cancer: the standardization of surgical procedure and its clinical impact. *Gynecologic Oncology.*, v. 113, n. 2, p. 284-90, 2009. BRINTON L. A. et al. Epidemiology of cervical cancer by cell type. *Cancer Research*, v. 47, p. 1706-11, 1987. BROOMALL, E. M.; REYNOLDS, S.M.; JACOBSON, R. M. Epidemiology, clinical manifestations, and recent advances in vaccination against human papillomavirus. *Postgrad Medicine.*, v. 122, n. 2, p. 121-9, 2010.

BUNTNIX, F.; BROUWERS, M. Relation between sampling device and detection of abnormality in cervical smears: a meta-analysis of randomised and quasi-randomised studies. *BMJ*, v. 313, p. 1285-1290, 1996. The Cochrane Library. Issue 1, 2001.

CARVALHO, J. P. Câncer do colo do útero: quadro clínico e diagnóstico. In: Halbe HW. *Tratado de Ginecologia*. 3. ed. v. 3. São Paulo: Roca, 2001. p. 2171-2173.

CASTELLSAGUÉ, X. et al. Male Circumcision, Penile Human Papillomavirus Infection, and Cervical Cancer in Female Partners. *New England Journal of Medicine*, v. 346, p. 1105-1115, 2002. CUNNINGHAM, M. J. et al. Extended-field radiation therapy in early-stage cervical carcinoma: survival and complications. *Gynecologic Oncology*, v. 43, n. 1, p. 51-4, 1991. 165 CURY, J. R. et al. Rastreamento, diagnóstico e tratamento do Carcinoma do Colo do Útero. Projeto Diretrizes, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estimativas da incidência e mortalidade por câncer no Brasil. Disponível em: . Acesso em: 18 fev. 2010. HALE, R. J. et al. Prognostic factors in uterine cervical carcinoma: a clinicopathological analysis. *International Journal of Gynecological Cancer*, v. 1, p. 19, 1991. KURMAN, R. J. et al. Interim guidelines for management of abnormal cervical cytology. The 1992 National Cancer Institute Workshop. *The Journal of the American Medical Association*, v. 271, p. 1866-9, 1994.

LANDONI, F. et al. Randomised study of radical surgery versus radiotherapy for stage Ib-IIa cervical cancer. *The Lancet*, v. 350, n. 9077, p. 535-40, 1997.

LA VECCHIA, C. et al. Pap smear and the risk of cervical neoplasia: quantitative estimates from a case-control study. *The Lancet*, v. 2, p. 779-82, 1984.

MANDELBLATT, J. S. et al. Benefits and Costs of Using HPV Testing to Screen for Cervical Cancer. *The Journal of the American Medical Association*, v. 287, p. 2372-2381, 2002. MEDEIROS, L. R. et al. Efficacy of Human Papillomavirus Vaccines: A Systematic Quantitative Review. *International Journal of Gynecological Cancer*, v. 19, n. 7, p. 1166-1176, 2009.

MORRIS, M. et al. Pelvic radiation with concurrent chemotherapy compared with pelvic and para-aortic radiation for high-risk cervical cancer. *New England Journal of Medicine*, v. 340, n. 15, p. 1137-43, 1999.

NANDA, K. et al. Accuracy of the Papanicolaou test in screening for and follow-up of cervical cytologic abnormalities: a systematic review. *Annals of Internal Medicine*, v. 132, p. 810-819, 2000. 166 NATIONAL CANCER INSTITUT.

VIEIRA, S. C. et al. *Oncologia Básica* 1. ed. Teresina, PI: Fundação Quixote, 2012. ISBN 978-85-65778-03-9

Módulo: **Legislação nacional referente às Mulheres**

Disciplina: **Legislação nacional referente às Mulheres**

CH: 30 horas

Créditos: 2.0.0

Ementa:

Lei Maria da Penha. Feminicídio. Proteção para o trabalho. Mulher, feminino e feminismos – Organização social, desigualdades e violência de gênero. Mulheres e o mercado de trabalho:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFISICA E FISILOGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

contexto histórico e produção teórica. Assédio. A representação de gênero nas Casas Legislativas e suas implicações.

Bibliografia:

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.
- ALVES, José E. D. Mulheres brasileiras perdem posição relativa na política mundial. Agência Patrícia Galvão, 2014. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Revista de Estudos Feministas, v. 9, p. 231-252, 2001.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 7-38, 2012.
- BONELLI, M. G. Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas. São Carlos: Edufscar, 2013.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.
- CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.
- DAHL, Robert A. On Democracy. New Haven: Yale University Press, 2000.
- HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. Revista de Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001.
- DI MICELI, Alexandre; DONAGGIO, Angela; SICA, Ligia P. P. P.; RAMOS, Luciana O. Women's participation in senior management positions: gender social relations, law and corporate governance, out. 2014, Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.
- DONAGGIO, Angela R. F.; RAMOS, Luciana de O. Uniformidade das políticas de cotas para mulheres em altos cargos de gestão. Brasil Post – The Huffington Post, 07 mar. 2014. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.
- FINEMAN, Martha A. The autonomy myth: a theory of dependency. New York: The New Press, 2004.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação (traduzido). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, mai-ago/2007.
- HEWLETT, Sylvia Ann. Off-ramps and on-ramps. Boston: Harvard Business School Press, 2007. p. 3-24.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.
- Ementa 7 KANTOR, Jodi. Harvard Business School case study: gender equity. New York Times, 07 set. 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017. LIJPHART, Arend. Modelos de democracia. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MACKINNON, Catharine A. Toward a new theory of equality. In: MACKINNON, C. A. Women's lives, men's laws. Massachusetts Harvard University Press, 2007. p. 44-57.

_____. Women's lives under men's laws. Massachusetts: Harvard University Press, 2005. p. 44-57.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". Revista de Estudos Feministas, ano 9, p. 253-267, 2001.

MORGADO, Ana Paula Dente Vitelli. A mulher invisível: sentidos atribuídos à mulher e ao trabalho na gerencia intermediária. Tese de doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012. Capítulo Relação trabalho/família, p. 80-91.

PINTO, Céli R. J. Política de Cotas. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 103-106.

PISCITELLI, Adriana. Gênero. A história de um conceito. In: ALMEIDA, H. (Org.). Diferenças, igualdades. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.

RAMOS, Luciana de Oliveira. Os tribunais eleitorais e a desigualdade de gênero no parlamento: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política? Tese de doutorado apresentada para o Departamento de Direito do Estado, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2015. p. 15-21 e 35-50.

REUTER, Alison A. Subtle but pervasive: discrimination against mothers and pregnant women in the workplace. Fordham Urban Law Journal, v. 33, p. 1369, 2006.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Why women still can't have It all? The Atlantic, 13 jun. 2012.

Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2017. SICA, Ligia Paula Pires Pinto. Sistema de cotas para mulheres: até tu Merkel? Edition BR. 26 jan. 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.

Módulo: Fitoterapia e práticas integrativas e complementares para a saúde da mulher

Disciplina: Fitoterapia e práticas integrativas e complementares para a saúde da mulher

CH: 30 horas

Créditos: 2.0.0



Ementa:

Histórico da fitoterapia e PICS. Identificação botânica. Composição químicas dos produtos naturais. Núcleos de pesquisas em Plantas Medicinais. Mapa de evidências. Modelos médicos de uso dos fitoterápicos. Prescrição de fitoterápicos.

Bibliografia:

PAN-Americana da Saúde. Desenvolvimento Sustentável e Saúde: tendências dos indicadores e desigualdades no Brasil. Brasília, DF: OPAS, 2014.30 p: il. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. Síntese de evidências para políticas de saúde: estratégias para redução da mortalidade materno estado do Piauí [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília. Ministério da Saúde, 2020.63 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_estrategias_reducao_mortalidade_materna_piaui.pdf

Diário Oficial da União. PORTARIA Nº 2.264, DE 30 DE AGOSTO DE 2019 Publicado em: 10/09/2019 | Edição: 175 | Seção: 1 | Página: 34, Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. S. Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. Rev Saúde Pública; v.46(Supl), p.13-20, 2012.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v.15, n.5, p.2297-2305, 2010.

POLIGNANO, M. V. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/dmps/internato/saude_no_brasil.rtf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

Módulo: Trabalho de Conclusão de Curso

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

CH: 90 horas

Créditos: 0.6.0

Ementa: Etapas de encerramento do projeto de intervenção.

Bibliografia:

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação. Citações em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

12. CORPO DOCENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISILOGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

a. **Nome** ZULMIRA LUCIA OLIVEIRA MONTE

CPF: 09634029353

Titulação: doutora

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

E-mail: zulmira@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Saúde Coletiva 4.06.00.00-9

Graduação: Enfermagem UFPI

Pós-graduação: CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui Graduação em ENFERMAGEM pela Universidade Federal do Piauí (1979), Mestrado em SAÚDE COLETIVA pela UFPI, em convênio com a ENSP/FIOCRUZ (2001) e Doutorado Interinstitucional em CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defesa da tese em dezembro de 2014. Professora de Anatomia Humana para os cursos de Enfermagem e Medicina, no Departamento de Morfologia - CCS/UFPI. Tem experiência na área de Morfologia, com ênfase em Anatomia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: enfermagem e anatomia humana (aparelho locomotor, neuroanatomia e esplancnologia)

b. **Nome:** MARIA DO CARMO CARVALHO E MARTINS

CPF: 228.010.653-15

Titulação: doutora

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

E-mail: carminhamartins@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Farmacologia de produtos naturais; Alimentos e Nutrição; Saúde Coletiva

Graduação: Nutrição, Universidade Federal do Piauí

Pós-graduação: **Especialização em Pesquisa Clínica Aplicada** - Faculdade de Educação em Ciências da Saúde, FECS; **Mestrado em Fisiologia** - Universidade Federal de Pernambuco; **Doutorado em Ciências Biológicas (área de concentração: Farmacologia, Fisiologia e Química Medicinal)** - Universidade Federal de Pernambuco; **Pós-doutorado em Nutrição** - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP - USP

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professora titular do Departamento de Biofísica e Fisiologia da UFPI. Docente permanente dos programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Farmacologia e em Alimentos e Nutrição da UFPI Professora do Mestrado Profissional em Saúde da Família do Centro Universitário UNINOVAFAPI, onde ministra a disciplina de Bioestatística e Epidemiologia.



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3855844764232542>

c. Nome: CARLA LARISSA MONTEIRO RAMOS PAZ

CPF: 022.528.373-57

Titulação: Mestre em Saúde da Mulher pela UPFI

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

E-mail: carlalarissa2004@hotmail.com

Área/subáreas de atuação: Ginecologia e Obstetrícia, Endoscopia ginecológica

Graduação: Medicina, Faculdade UNINOVAFAPI, 2010

Pós-graduação: Residência em Ginecologia e Obstetrícia, e residência em Endoscopia Ginecológica

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: possui graduação em Medicina pela Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (2010). Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia pelo Hospital Maternidade de Vila Nova Cachoeirinha (2014) Residência Médica em Endoscopia Ginecológica pela Universidade Federal de São Paulo Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia (TEGO n° 0051/2014) Título de especialista em Endoscopia Ginecológica (2015) Mestre em Saúde da Mulher pela Universidade Federal do Piauí (2020)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9455601309931676>

d. Nome: SABAS CARLOS VIEIRA

CPF :25812432368

Instituição : oncocenter

Titulação: doutorado toco-ginecologia unicamp

drsabasvieira@gmail.com

Cirurgia oncológica / mastologia / ginecologia

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Piauí (1992), mestrado (2003) em Ciências Médicas e doutorado (2008) em toco-ginecologia pela Universidade Estadual de Campinas. Residência em Cirurgia Geral pelo Hospital Getúlio Vargas pela UFPI(1993-1995). Residência em cirurgia oncológica no Hospital do Câncer (Hospital AC Camargo SP 1995-1998). Foi professor adjunto de Oncologia da Universidade Federal do Piauí (1998-2019). Atualmente é cirurgião oncológico da Oncocenter (www.oncocenter.com.br). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia/Regional do Piauí (2011-2013). Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica Regional do Piauí (2018-2020). Tem experiência em Cirurgia Oncológica, atuando principalmente nos seguintes áreas: câncer mama, ultrassonografia de mama e transvaginal realizando procedimentos minimamente invasivos(biópsia de mama, drenagem) câncer do colo uterino, câncer ginecológico,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NÚCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



melanoma , sarcoma de partes moles, exenteração pélvica ,hemipelvectomias, ressecções multiviscerais, peritonectomia e quimioterapia intra-peritoneal hipertérmica, pesquisou linfonodo sentinela e angiogênese em câncer do colo uterino. É titular da Sociedade Brasileira de Mastologia(TEMA), Sociedade Brasileira de Cancerologia, Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica(TECA), Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia(TEGO). Possui Título de Especialista em Mastologia, Cirurgia Oncológica, Ginecologia e Cirurgia Geral (RQEs) pelo Conselho Federal de Medicina. 86-988450901

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4711522777026016>

e. **Nome:** MARTA ALVES ROSAL

CPF: 374.660.203-30

TITULAÇÃO: Doutorado

INSTITUIÇÃO DE VÍNCULO: Universidade Federal do Piauí

E-MAIL: mtrosal@hotmail.com

Área / subáreas de atuação: Ginecologia e Obstetrícia

GRADUAÇÃO: Medicina

PÓS-GRADUAÇÃO: Residência Médica em Ginecologia-Obstetrícia; Mestrado em Ginecologia e Doutora em Biotecnologia.

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Professora Associada da Disciplina de Ginecologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Vice-Chefe do Departamento Materno Infantil do Centro de Ciências da Saúde da UFPI, Presidente da Comissão Estadual de Residência Médica do Piauí e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Mulher da UFPI. Preceptora do Internato em Ginecologia e da Residência Médica em Ginecologia-Obstetrícia da UFPI. Tem Curso de Aperfeiçoamento e Experiência nas áreas de Oncologia Pélvica, Patologia do Trato Genital Inferior e Endoscopia Ginecológica. Os temas mais presentes em suas publicações são Biomarcadores, SERMs, Endometriose, Oncologia Ginecológica e Mamária.

: **Lattes:**

f. **Nome:** FRANCISCA MIRIANE DE ARAÚJO BATISTA

CPF: 024.166.333-41

Titulação: Mestre em Engenharia Biomédica (UNIVAP-SP/ 2013)

Instituição de vínculo: Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados - CIATEN

E-mail: mirianearaujo@hotmail.com



Área/subáreas de atuação: Epidemiologia/Saúde Coletiva

Graduação: Biomedicina (UNINOVAFAPI – ANO 2009)

Pós-graduação: Especialista em Vigilância em Saúde (UESPI/2011), Mestre em Engenharia Biomédica (UNIVAP-SP/ 2013) e Doutoranda em Biotecnologia (UFPI/2017)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Docente do Ensino Superior nos cursos de Enfermagem e Fisioterapia da Faculdade CHRISFAPI (2010-2014). Coordenadora do PET-SAÚDE/MS (2013 a 2015). Tutora da Especialização em Gestão em Saúde/UESPI (2015) e tutora na Especialização em Saúde da Família e Comunidade UNA-SUS/UFPI (2016 a 2019). Coordenadora da 3º Regional de Saúde (2012 a 2014) / Secretária Executiva da CIR do Território dos Cocais. Assessora Técnica da Coordenação de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Saúde de Piri-piri (2013-2015). Assessora de planejamento em saúde da Secretária Municipal de Esperantina (2015 a 2017). Assessora de planejamento em saúde da Secretária Municipal de Pedro II (2013 a 2016). Técnica da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde Lagoa de São Francisco (2014 a 2016). Gerente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (2015 a 2019) / Apoiadora Estadual das Comissões Intergestoras do Estado do Piauí;

Endereço do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2072547853578344>

g. **Nome:** LIS CARDOSO MARINHO MEDEIROS

CPF: 208.052.633-15

SIAPE: 1167577

Titulação: Doutorado em Enfermagem (UFRJ, 2001)

Setor de lotação: Departamento de Biofísica e Fisiologia

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

Unidade acadêmica de lotação: Centro de Ciências da Saúde

E-mail: lismarinho10@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Saúde

Graduação: Enfermagem/ Odontologia

Pós-graduação: graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (1984), graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (1984), graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISILOGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Atualmente é professora Titular de Biofísica da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência com formação de recursos humanos para o SUS, com o ensino à distância e fitoterapia. Atualmente está na coordenação adjunta do Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e coordena a Especialização em Saúde da Família e Comunidade. Faz parte da Rede Evipnet com o projeto que coordena: Estratégias para redução da Mortalidade Materna no estado do Piauí e atua como Coordenadora Executiva da UNA-SUS-UFPI.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4773333384743803>

h. Nome: CARMEN VERÔNICA MENDES ABDALA

CPF: 279.843.111-53

Titulação: Mestre em Ciência da Informação (USP, 2002)

Instituição de vínculo: BIREME/OPAS/OMS

E-mail: veronica.abdala@uol.com.br abdalave@paho.org

Área/subáreas de atuação: Ciências da Saúde

Graduação: Biblioteconomia (UNB, 1985)

Pós-graduação: Mestrado em Ciência da Informação (USP, 2002)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Atua há quase 30 anos na gestão e desenvolvimento de serviços e fontes de informação em saúde, na BIREME, um Centro Especializado da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (BIREME/OPAS/OMS), onde tem o cargo de gerente de serviços e produtos de informação. Coordena projetos de cooperação técnica para a aplicação do Modelo Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em plataformas e portais que organizam, promovem e facilitam o acesso e uso do conhecimento em políticas, estratégias e decisões na área da saúde e nos países da América Latina e Caribe. Mais recentemente tem enfatizado suas atividades na área de tradução do conhecimento em saúde, atuando na produção de mapas de evidências e sínteses de evidências.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7290821948813039>

i. Nome: ADRIANA MARIA VIANA NUNES

CPF: 44450770382

Titulação: Doutora

Instituição de Vínculo: UFPI

e-mail: adriananunes@ufpi.edu.br

Área de atuação: Fisiologia, biofísica, patologia, histologia e farmacologia

Graduação: Odontologia pela UFPI 1997

Pós-graduação: Biologia Estrutural e funcional pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1997). é especialista em Morfologia pela UFPI (2004), especialista em Formação Pedagógica na Área de Saúde (2007) e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI (2006) e possui doutorado em Ciências no Programa da Pós-Graduação em Biologia Estrutural e Funcional pela UNIFESP e é professora adjunta - A, lotada no CCS/Biofísica e Fisiologia da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência nas áreas de Fisiologia Humana e morfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Fisiologia Humana, Farmacologia, Histologia e Patologia Geral.

j. **NOME:** ROSIMEIRE FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 011181196-40

Titulação: Doutora

Instituição de Vínculo: UFPI

e-mail: rosimeiref@gmail.com

Área de atuação: Farmacologia

Descrição sucinta da experiência profissional Graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (2003), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos na área de Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos na área de Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Tem experiência na área de Farmacologia pré-clínica, com ênfase em Músculo Liso, atuando principalmente nos seguintes temas: Plantas medicinais, atividade espasmolítica, efeito relaxante, canais de potássio e canais de cálcio. Atualmente é professora Adjunto III do Departamento de Bioquímica e Farmacologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Farmacologia (UFPI) e professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Saúde da Mulher (Mestrado Profissionalizante) (UFPI).

k) **Nome:** MARIA AUZENIR DE MOURA FÉ

CPF: 099.961.173-91

SIAPE:

Titulação: MESTRE

Sector de lotação: SESAPI

Instituição de vínculo: SESAPI

Unidade acadêmica de lotação: SESAPI

E-mail: mulher.pi@hotmail.com

Área/subáreas de atuação: SAUDE DA MULHER

Graduação: ENFERMAGEM UFPI

Pós-graduação: SAUDE DA MULHER UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Graduada em ENFERMAGEM pela Universidade Federal do Piauí (1980). Especialista em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública desde 1985 e Mestre em Saúde da Mulher pela Universidade Federal do Piauí (2017). Coordenadora de Saúde da Mulher do Estado do Piauí desde 1992 e Enfermeira da Estratégia Saúde da Família no Município de Teresina desde 2002. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Saúde da Mulher e Atenção Básica, com forte atuação no Comitê Estadual de Prevenção de Morte Materna, Infantil e Fetal; na Câmara Técnica de Combate a Violência contra a Mulher no Fórum e Grupo Condutor Estadual da REDE CEGONHA.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2241508298140631>

l) **Nome:** LUIZ EVALDO DE MOURA PÁDUA

CPF: 091.031.123-49

SIAPE: 0422661

Titulação: Doutor em Ciências

Sector de lotação: Centro de Ciências Agrárias

Instituição de Vínculo: UFPI

Unidade acadêmica de lotação: Departamento de Fitotecnia

E-mail: lempadua@uol.com.br

Área/Subáreas de atuação: Entomologia, Estatística.

Graduação: Engenharia Agrônoma

Pós-Graduação: Mestre em Entomologia, Doutor em Ciências.

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui curso de graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1978), Especialização em Produção Vegetal pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1980), Mestrado em Entomologia pela Universidade de São Paulo (1983) e Doutorado em Ciências - Entomologia pela Universidade de São Paulo - USP/ESALQ (1986). Realizou o Pós-doutorado na Universidade de São Paulo de 1995-1996 como bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Entomologia Agrícola, atuando principalmente nos seguintes temas: Ecologia de Insetos, Controle Biológico, Controle Alternativo e Plantas Inseticidas. Atua como professor pesquisador também na área de Bioestatística Aplicada à Ciência e Saúde.

Endereço do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6365104587272556>

n) **Nome:** ZENIRA MARTINS SILVA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



CPF: 22690565315

SIAPE:

Titulação: MESTRE

Setor de lotação: SESAPI

Instituição de vínculo: SESAPI

Unidade acadêmica de lotação: MESTRADO SAUDE DA MULHER

E-mail: zeniramartins@hotmail.com

Área/subáreas de atuação: EPIDEMIOLOGIA/ SAUDE DA MULHER

Graduação: SERVIÇO SOCIAL

Pós-graduação: SAUDE PÚBLICA

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Graduada em SERVIÇO SOCIAL pela Universidade Federal do Piauí (1993). Especialista em saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz. Mestre em Saúde Pública também pela Fundação Osvaldo Cruz em 2008. Trabalho na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí na área de Epidemiologia - Estatísticas Vitais - e Informação em Saúde. Coordenação a nível local em pesquisa na área de mortalidade, sob a Coordenação geral da FIOCRUZ. Tutora a distância do Curso de Formação em Vigilância do Óbito com carga horária de 180 no período de junho de 2013 a fevereiro de 2014; e no período de agosto de 2014 a fevereiro de 2015. Professora Colaboradora do Mestrado 'Profissional em Saúde da Mulher da Universidade Federal do Piauí desde de 2015., ministrando a disciplina Indicadores de Saúde. Membro da equipe UNA SUS - UFPI. Membro da equipe que UNA-SUS, seleciona o material didático da Especialização em Saúde da Família. Coorientadora da dissertação de Mestrado "O IMPACTO DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA NA MORTALIDADE MATERNA". **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8037971908654247>

o) Nome: IONE MARIA RIBEIRO SOARES LOPES

CPF: 06639860368

SIAPE: 0423584

Regime de trabalho: Tempo Integral-TI 40

Setor de lotação: Departamento materno infantil

E-mail: ionelopes@ufpi.edu.br e ione.gin@hotmail.com

Telefone: 86 999889927

Área/subáreas de atuação: GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Graduação: MEDICINA

Pós-graduação: Doutorado em Medicina/Ginecologia (UNIFESP-2014).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8988639284440179>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

p) **NOME** :FRANCISCO METON, MARQUES DE LIMA

CPF: 122.173.953-00

SIAPE:

Regime de trabalho: Tempo Integral-TI 40

Setor de lotação: CCHL

E-mail: meton@trt22.jus.br

Área/subáreas de atuação: Direito

Graduação: Direito

Pós-graduação: Doutorado

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professor Associado da Ufpi Ex-Professor Assistente da Ufc. Desembargador do TrtAutor De Várias Obras Jurídicas e Filosófica. Diretor Da Escola Judicial do Trt Da 22ª Região Nos Períodos de 2007 a 2010 E 2015/2016 .**Experiência no 2º grau de jurisdição**:25 anos como Desembargador do TRT, sendo 24 na 22ª Região e um na 16ª Região. Diretor da Escola Judicial do TRT no período 2007/2011.**Experiência administrativa** Integra o NDE – Núcleo Docente Estruturante – do Curso de Direito da UFPI. Coordenador adjunto do Curso de Especialização em Direito Público da UFPI. Idealizou, liderou a campanha e elaborou os estudos que resultaram no Projeto de Lei de criação do TRT do Piauí – Lei n. 8.221/1991, bem como centralizou os esforços piauienses pela instalação do TRT em 1992.Elaborou o Anteprojeto que resultou na criação das Varas do Trabalho de Picos, Floriano, Oeiras, Corrente, Piri-piri e a 4ª Vara de Teresina. Elaborou três Anteprojotos de Lei federal, já convertidos em projetos de lei, tramitando na Câmara Federal, com vistas a criar mais seis Varas do Trabalho para o Piauí, cria funções comissionadas e aumenta o quadro de analistas judiciários do TRT. Presidente do TRT da 22ª Região nos anos de 2013 e 201. Vice-Presidente e Corregedor a partir de dez/ 2010 a dez/2012. Presidente e Corregedor de 98 a 2000.Vice-Presidente e Diretor do Fórum de Teresina de 94 a 96.Preside as Comissões da Revista do TRT e de Regimento. **Experiência na magistratura**:35 anos de carreira – admitido em 1982, na 7ª Região, como Juiz do Trabalho Substituto; Atuou nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, Sobral, Crato, Iguatu, Quixadá-Ce.; São Luís, Imperatriz e Bacabal-Ma.; Teresina e Parnaíba-Pi; Promovido em 1989 a Presidente da 1ª JCJ de Teresina; do Forum Trabalhista de Teresina de 89 a 1992;Convocado para o TRT da 16ª Região de março a dez./92; Promovido para o TRT da 22ª Região em dez./92.

Lattes:

q) **NOME** : SALETE MARIA DA ROCHA CIPRIANO BRITO

CPF: 324.308.333.87

SIAPE: 423597

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Setor de lotação: Departamento de Bioquímica e Farmacologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLOGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

E-mail: saleteunasus@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Farmácia

Graduação: Farmácia

Pós-graduação: Doutorado

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1987). Habilitada em Análises Clínicas e Toxicológicas pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1988). Mestre em Ciências (Área de concentração: Bioquímica) pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP, 1995) e Doutora em Ciências (área de concentração: Bioquímica) pela FMRP-USP (2000). É Professora de Bioquímica da UFPI desde 1989. Uma das fundadoras do Programa de Pós-graduação em Farmacologia (Mestrado). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Piauí onde ministra as disciplinas de Bioquímica Médica no Curso de Bacharelado em Medicina, Bioquímica-Enfermagem (Graduação. Fundadora do Programa de Farmacologia (Mestrado Acadêmico). Publicou trabalhos na área de Bioquímica, como também em Farmacologia de Produtos Naturais envolvendo metabolismo intermediário, diabetes, inflamação e estresse oxidativo. Foi orientadora da Liga Acadêmica de Bioquímica Médica-LABIM/UFPI. Nos últimos anos, tem trabalhado em atividades de Ensino à Distância (EaD) na Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS/UFPI) como Tutora e depois Supervisora na Equipe de Material Didático do Curso de Especialização em Saúde da Família e Comunidade. Atualmente, é Coordenadora Adjunta do Programa UNA-SUS/NUEPES/UFPI
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801025359764396>

r) **NOME :** RITA DE CASSIA MENESES OLIVEIRA

CPF: 151.008.633-15

SIAPE: 0423551

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Setor de lotação: Departamento Biofísica e Fisiologia

E-mail: menesesoliveira@gmail.com

Área/subáreas de atuação: Biofísica

Graduação: Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia

Pós-graduação: Doutorado

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação em Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade Federal do Piauí (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1997) e doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Atualmente é Professor Associado lotada no Departamento de Biofísica e Fisiologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí, orientadora nos Programas de Mestrado em Farmacologia-NPPM/CCS/UFPI, Mestrado Profissional em Saúde da Mulher/CCS/UFPI e de Doutorado em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

Biociologia pela RENORBIO, ponto focal Piauí - UFPI. Tem experiência na área de Biofísica e Farmacologia de Produtos Naturais, com ênfase em Farmacologia do Sistema Digestório. Atua principalmente na pesquisa de atividade farmacológica de plantas medicinais e derivados bioativos nos seguintes temas: atividades gastroprotetora, antinociceptiva, antiinflamatória e espasmolítica de plantas medicinais do cerrado e da caatinga do nordeste brasileiro e de produtos sintéticos e seus derivados bioativos. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 - CA BF

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6686006511239188>

13. ENCARGOS DOCENTES

A seguir, serão indicadas as disciplinas e atividades acompanhadas das respectivas cargas horárias e docentes responsáveis por cada componente curricular.

MÓDULOS/ DISCIPLINAS		DOCENTE
Políticas públicas para mulher: fundamentos e diretrizes do SUS	30	Zulmira Lúcia Oliveira Monte Adriana Maria Viana Nunes
Organização e funcionamento dos serviços em redes : Rede Cegonha . Cuidados na APS	30	Maria Auzenir de Moura Fé
Bioestatística aplicada	45	Maria do Carmo Carvalho e Martins Luiz Evaldo De Moura Pádua
Epidemiologia aplicada a saúde da mulher	30	Zenira Martins Silva Francisca Miriane de Araújo Batista
Saúde informada por evidência	30	Lis Cardoso Marinho Medeiros
Mapa de evidência para redução da mortalidade materna	30	Carmem Veronica Mendes Adalla
Saúde da mulher na fase reprodutiva	30	Ione Maria Ribeiro Soares Lopes
Saúde da mulher no ciclo gravídico puerperal na APS e na alta complexidade	60	Carla Larissa Monteiro Ramos Paz Marta Alves Rosal
Oncologia e a saúde da mulher	30	Sabas Carlos Vieira
Legislação nacional referente às Mulheres	30	Francisco Meton Marques
Fitoterapia e práticas integrativas e completares para a saúde da mulher	30	Rosimeire Ferreira dos Santos Rita Menezes Oliveira
Trabalho de Conclusão de Curso	90	Lis Cardoso Marinho Medeiros Salette Maria da Rocha Cipriano Brito
TOTAL	465	

14. CRONOGRAMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

O cronograma das atividades do curso está previsto para a sua execução da seguinte forma:

Atividade	Período/Data
Lançamento do Edital	Novembro 2022
Fase de inscrições	Novembro de 2022 a dezembro 2022
Processo de seleção	Dezembro 2022 janeiro 2023
Fase de matrículas	Janeiro 2023
Aula inaugural	06 de fevereiro 2023
Execução de disciplinas	
Políticas públicas para mulher: fundamentos e diretrizes do SUS	Fevereiro 2023
Organização e funcionamento dos serviços em redes : Rede Cegonha . Cuidados na APS	Março 2023
Bioestatística aplicada	Abril 2023
Epidemiologia aplicada a saúde da mulher	Maió 2023
Saúde informada por evidência	Junho 2023
Mapa de evidência para redução da mortalidade materna	Abril 2023
Saúde da mulher na fase reprodutiva	Julho 2023
Saúde da mulher no ciclo gravídico puerperal na APS	Agosto 2023
Saúde da mulher no ciclo gravídico puerperal na alta complexidade	Setembro 2023
Oncologia e a saúde da mulher	Outubro 2023
Legislação nacional referente às Mulheres	Novembro 2023
Fitoterapia e práticas integrativas e complementares para a saúde da mulher	Novembro 2023
Trabalho de Conclusão de Curso	Ao longo do curso
Execução de outras atividades	



Defesas de TCC	Dezembro 2023
Encerramento das atividades acadêmicas	Janeiro 2024
Entrega do relatório final	Janeiro 2024

15. METODOLOGIA

Dentre os princípios a serem considerados para o desenvolvimento desse Curso, pode-se destacar a formação profissional para a cidadania, a integração disciplinar e a relação orgânica entre teoria e prática. Acredita-se que a construção de espaços plurais que aproximam participantes de múltiplas trajetórias e experiências, cientes de sua responsabilidade social, com expertises diversas e preocupados com a apropriação do conhecimento e produção de algo que seja aplicado a sua prática, será ambiente propício para a transformação das práticas de saúde.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem do Curso seguirá múltiplas referências, com variadas bases teórico-metodológicas, fundamentadas particularmente nos pressupostos e estratégias pedagógicas oriundos do(a):

- a) aprendizagem significativa (AGRA et al, 2019)
- b) construtivismo (BECKER, 1993)
- c) ensino-aprendizagem baseado em problemas concretos (BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, 1995)
- d) pedagogia crítica e emancipatória (FREIRE, 2011)

Assim, busca-se desenvolver estratégias para reconhecer as necessidades e demandas do grupo de participantes envolvidos, possibilitar o diálogo com cada um deles, suas experiências e expertises, produzir o conhecimento de forma coletiva e participativa, diante do cenário e contexto específicos e baseados em problemas concretos.

O curso obedecerá a modalidade semi-presencial. Caso a pandemia não diminua, estes encontros serão realizados por webconferência.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

No que diz respeito à infraestrutura física, será utilizada a estrutura do Departamento de Biofísica e Fisiologia e do Mestrado Saúde da Mulher do Centro de Ciências da UFPI:



1 secretaria geral / secretaria de coordenação*

1 sala de aula*

1 biblioteca setorial*

*Todas essas instalações constituem áreas de acesso para pessoas com necessidades especiais.

No que diz respeito aos recursos tecnológicos, serão utilizados 2 equipamentos de multimídia.

Aliado a isso, conta-se com estrutura tecnológica de atividade remota, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica (SIGAA), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Teams e Google Meet.

17. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As verificações parciais de desempenho serão feitas por cada docente, incluindo aspectos como: assiduidade, atendimento à proposta de cada atividade, cumprimento do prazo, qualidade do material apresentado e participação em atividades. O resultado (nota) de cada disciplina será registrado no SIGAA, sendo a nota mínima 6,0 (aprovativa). Entregues todos os trabalhos, o responsável pela disciplina alimentará o SIGAA com as notas que a secretaria do curso utilizará para a composição do histórico do especializando.

Para efeito do julgamento de direitos e deveres dos alunos relativos à avaliação, serão considerados os parâmetros estabelecidos na resolução CEPEX/UFPI nº 131/CEPEX/05. Os especializando responderão a um questionário de avaliação docente, bem como em relação à coordenação do curso, atendimento administrativo e as instalações físicas.

18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Farão jus ao certificado dos Cursos de Pós-graduação lato sensu, os alunos que obtiverem frequência mínima de 75% (setenta e cinco) da carga horária de cada disciplina e 60% (sessenta) de nota mínima obtida por meio de processo formal de avaliação. O controle da frequência será levado e contabilizado diretamente por cada professor ministrante de disciplina.



19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para a integralização curricular, o especializando deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada disciplina, assim como apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), avaliado por banca examinadora composta pelo Professor Orientador e dois outros professores do curso ou convidados.

O TCC deverá ser apresentado na forma de artigo científico, cuja nota seguirá os mesmos critérios da avaliação do desempenho do especializando, sendo condição para a conclusão do curso e recebimento do respectivo Certificado. As normas de elaboração e apresentação do TCC (artigo científico) serão apresentadas em disciplina específica.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requerido obrigatoriamente para a aprovação e certificação final do participante. Trata-se de um trabalho individual ou em dupla, escrito em geral durante o curso sobre a temática estudada em que o participante revele a incorporação de seus aspectos teóricos, conceitual, metodológico, tecnológico, político, entre outros.

Poderá ser desenvolvido e apresentado no seguinte formato:

- projeto de intervenção, apontando as evidências científicas mais adequadas ao problema identificado na saúde da mulher.

O formato do TCC deverá ser artigo científico resultante do projeto de intervenção, sempre seguindo as normas de formatação e apresentação da ABNT ou Vancouver referente à elaboração de publicação científica.

Cada especializando ou dupla, terá(ão) um professor orientador, especialista no tema e/ou abordagem metodológica, que se tornará responsável pelo acompanhamento da produção do TCC.

Sua entrega deverá acontecer ao final do curso e dentro do prazo. Deve constituir-se em um trabalho com profundidade compatível com o nível de pós-graduação, sendo obrigatória a defesa pública perante banca examinadora.

São critérios de composição de banca examinadora:

- o professor orientador;
- um professor do programa de pós-graduação;



- um professor visitante (de um outro programa de pós-graduação da mesma Instituição de Ensino Superior ou de uma outra);
- um professor suplente.

Com parecer favorável do orientador, o especializando deverá entregar 01 cópia do artigo a cada um dos membros da banca.

A exposição final do TCC, opcionalmente para cada curso, pode ser oral para o público interno e externo e o participante deve apresentar a versão final do seu TCC após vinte dias com as sugestões da banca integradas ao trabalho.

Para os TCCs que envolvam seres humanos é imprescindível a aprovação prévia no Comitê de Ética da UFPI /HU e ou comitês das instituições pesquisadas, segundo a natureza do estudo.

A nota do trabalho seguirá os mesmos critérios da avaliação de desempenho do especializando, sendo condição para conclusão do curso e recebimento do certificado. Após a apresentação, o artigo poderá ser enviado a uma revista de escolha do aluno em acordo com o orientador, não obrigatório o envio.

O especializando que não atingir a nota mínima de 6 (seis) pontos no Trabalho de Conclusão de Curso, terá um prazo de até 30 (trinta) dias após a divulgação da referida nota, para correção das falhas apresentadas pela banca examinadora.

20. CERTIFICAÇÃO

Será concedido o certificado de conclusão do curso de Pós-graduação / Especialização em Saúde da Mulher ao especializando que tiver cursado todas as disciplinas de cada módulo com nota mínima de 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina, bem como a aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Os certificados serão emitidos pela própria UFPI, nos termos da Resolução do CEPEX da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, que estabelece normas para o funcionamento de Cursos de Pós-graduação *Lato sensu*.

21. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores para avaliação desse programa de pós-graduação deverão ser:



- a) Número de alunos a serem formados, sendo que serão oferecidas 100 (cem) vagas;
- b) A expectativa média de evasão deverá ser em torno de 20% (vinte por cento);
- c) A produção científica: qualidade e características teórico-metodológicas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos produzidos pelos discentes;
- d) Avaliação do corpo discente e docente.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Anderson Barbosa; FERNANDES, Leonardo Vieira. COVID-19, análise das estratégias de prevenção, cuidados e complicações sintomáticas. **Revista Desafios** – v 7, n. Supl. COVID-19, 2020.

BECKER, F. **O que é construtivismo**. Ideias. São Paulo: FDE, n.20, p.87-93, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. [1ª edição, 1996].

MOTA, D.; FERREIRA, P.; LEAL, L. Produção científica sobre a Covid-19 no Brasil: uma revisão de escopo. **Vigilância Sanitária Em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.22239/2317-269x.01599>

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, e2020044, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200200&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2020. Epub Apr 27, 2020. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200023>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



SILVA, Antônio Augusto Moura da. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, e200021, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100100&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2020. Epub Mar 16, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200021>.

MOURA FÉ et al. **Saúde da Mulher**. EDUFPI: Teresina-PI, 2020. 102p. Disponível: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/19928>>. Acesso em: 16 Fev, 2021.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n.5, p.2297-2305, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA



NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS

PLANO DE APLICAÇÃO

Título do Projeto				
Curso de Especialização em Saúde da Mulher				
Coordenador(a):				
Prof ^a . Dra. Lis Cardoso Marinho Medeiros				
RECEITAS				
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
1	Inscrições (100 inscrições)	100	30,00	3.000,00
2	Matrícula (90 alunos)	90	300,00	27.000,00
3	Mensalidades (90 alunos x 12 mensalidades)	1.080	300,00	324.000,00
TOTAL				354.000,00
DESPESAS				
1	Bolsa - Auxílio Financeiro à Estudantes			
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
1.1	Bolsa (3 estudantes x 12 meses)	36	400,00	14.400,00
Sub-Total				14.400,00
2	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
2.1	Coordenação Acadêmica (15h x 13 meses)	195	150,00	29.250,00
2.2	Coordenação Adjunta (10h x 13 meses)	130	150,00	19.500,00
2.3	Professor Doutor (h/a)	255	150,00	38.250,00
2.4	Professor Mestre (h/a)	120	120,00	14.400,00
2.5	Orientação de TCC	100	300,00	30.000,00
Sub-Total				131.400,00
3	Obrigações Tributárias e Contributivas			
	Item		%	Total
3.1	Obrigações Tributárias e Contributivas		20%	26.280,00
Sub-Total				26.280,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOFÍSICA E FISIOLÓGIA
NUCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O SUS



4 Diárias				
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
4.1	Diárias			18.280,00
Sub-Total				18.280,00
5 Passagens e Despesas com Locomoção				
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
5.1	Passagens			6.000,00
Sub-Total				6.000,00
6 Material de Consumo				
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
6.1	Material de Consumo			16.720,00
Sub-Total				16.720,00
7 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
	Item	Quant	Valor Unit.	Total
7.1	Manutenção de conta	24	66,00	1.584,00
7.2	Tarifa de emissão de boletos	1.080	2,00	2.160,00
7.3	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			30.976,00
7.4	Despesas operacionais	1	35.400,00	35.400,00
7.5	Ressarcimento UFPI	1	35.400,00	35.400,00
7.6	Reserva Técnica	1	35.400,00	35.400,00
Sub-Total				140.920,00
DESPESAS TOTAIS DO PROJETO				354.000,00

Há a possibilidade de recebermos outras fontes de receitas. Desta forma, caso ocorra a doação/ patrocínio para a realização do Curso de Especialização, será necessário a elaboração de um plano de ação suplementar.

Caso a reserva técnica prevista na planilha orçamentária não seja utilizada, o valor deverá ser utilizado para o custeio de equipamentos e materiais de consumo para o Departamento de Biofísica e Fisiologia da Universidade Federal do Piauí.



APÊNDICE A

AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO E DISCIPLINAS/ATIVIDADES

A autoavaliação do curso será realizada ao final de cada disciplina, considerando aspectos específicos. As formas de autoavaliação do curso incluem:

- a) Avaliação das disciplinas
- b) Avaliação dos docentes
- c) Avaliação da coordenação do programa
- d) Avaliação da secretaria do programa
- e) Avaliação de desempenho dos discentes

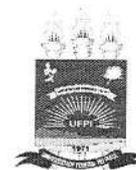
A avaliação das disciplinas levará em consideração a adequação da disciplina ao Programa, a sua execução, bibliografia e colaboração do corpo discente, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Aspectos a serem observados em relação à avaliação das disciplinas.

AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS

1. Considera a disciplina adequada à Área de Contracção do Programa?
 Sim Não
Se sim, quanto:
 Pouco Razoável Muito
2. A disciplina foi ministrada regularmente nos horários e dias previstos?
 Sim Não
3. A disciplina foi desenvolvida adequadamente pelo docente responsável?
 Sim Não
4. A bibliografia adotada é pertinente ao programa de ensino e aprendizagem da disciplina?
 Sim Não
5. O acesso à bibliografia ocorreu satisfatoriamente?
 Sim Não
6. Os discentes colaboraram para o bom desempenho da disciplina?
 Pouco Razoável Muito

Os docentes serão avaliados ao final de sua disciplina, considerando os recursos didáticos, conteúdo, metodologia, sistema de avaliação e desempenho, conforme quadro a seguir:



Quadro 2: Aspectos a serem observados em relação à avaliação dos docentes.

AVALIAÇÃO DOS DOCENTES

1. O docente responsável pela disciplina demonstra domínio do conteúdo ministrado?
 Pouco Razoável Muito
2. O docente responsável pela disciplina demonstra domínio da bibliografia indicada?
 Pouco Razoável Muito
3. Considera que a metodologia adotada pelo docente responsável possibilitou o aprofundamento e desenvolvimento de análise crítica em relação aos conteúdos ministrados?
 Pouco Bastante Muito
4. O docente responsável incentiva a participação dos alunos nos debates que ocorrem em sala de aula?
 Pouco Razoável Muito
5. O docente responsável incentiva o desenvolvimento de pensamento crítico a respeito dos assuntos ministrados?
 Pouco Razoável Muito
6. O docente responsável está aberto à discussão de ideias distintas daquelas por ele defendidas?
 Pouco Razoável Muito
7. Os recursos didáticos foram adequados à realização da disciplina?
 Sim Não
8. O sistema de avaliação foi adequado ao objetivo proposto pela disciplina?
 Sim Não

A avaliação da coordenação e secretaria do Programa fará referência à acessibilidade, capacidade de resolução dos problemas e celeridade, conforme quadro a seguir:

Quadro 3: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da coordenação do Programa.

AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO

1. A coordenação disponibiliza horário de atendimento presencial?
 Sim Não
2. O contato com a coordenação por meio eletrônico é satisfatório?
 Sim Não
3. A coordenação orienta academicamente de forma satisfatória?
 Pouco Razoável Muito
4. Os procedimentos da coordenação são céleres e adequados?
 Pouco Razoável Muito
5. Indique os serviços que a coordenação pode melhorar.



Quadro 4: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da secretaria.

AVALIAÇÃO DA SECRETARIA

1. A secretaria funciona dentro dos horários previstos pela UFES?
 Sim Não
2. O contato com a secretaria por meio eletrônico é satisfatório?
 Sim Não
3. A secretaria disponibiliza os documentos de acordo com o Regimento do Programa?
 Pouco Razoável Muito
4. Os procedimentos da secretaria são céleres e adequados?
 Pouco Razoável Muito
5. Indique os serviços que a secretaria pode melhorar.

Quanto à avaliação de desempenho dos discentes, será considerada a dedicação, interesse, domínio do conteúdo e participação, conforme quadro a seguir:

Quadro 5: Aspectos a serem observados em relação à avaliação dos discentes.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS DISCENTES

1. Os alunos dedicaram-se às atividades propostas?
 Pouco Razoável Muito
2. Os alunos demonstraram interesse nas discussões propostas?
 Pouco Razoável Muito
3. Os alunos demonstraram domínio de conteúdos básicos necessários à compreensão dos temas sugeridos para discussão?
 Pouco Razoável Muito
4. Os alunos procuraram realizar o estudo da bibliografia indicada?
 Pouco Razoável Muito
5. Os alunos procuraram ir além da bibliografia indicada?
 Pouco Razoável Muito
6. Considera satisfatório o desempenho dos alunos nas atividades avaliativas?
 Pouco Razoável Muito
7. Os alunos procuraram participar ativamente das discussões que ocorreram em sala de aula?
 Pouco Razoável Muito

Quanto à infraestrutura física e tecnológica empregada no curso, serão considerados os seguintes aspectos: quantitativo suficiente e condições de uso.



Quadro 6: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da infraestrutura física e tecnológica.

AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

1. Secretaria geral
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não
2. Secretaria de coordenação
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não
3. Sala de aula
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não
4. Biblioteca
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não
5. Laboratório de informática
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não
6. Todas essas instalações constituem áreas de acesso para pessoas com necessidades especiais?
 Sim Não
7. Equipamentos de multimídia
Quantitativo suficiente Sim Não
Condições de uso Sim Não



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 390 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Nega provimento ao recurso interposto pela professora Poliana Rezende Soares Rodrigues.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 10/10/2022 e, considerando:

- o Processo eletrônico nº 23111.021928/2022-89;

RESOLVE:

Negar provimento, na forma do parecer do relator, ao recurso interposto pela professora **Poliana Rezende Soares Rodrigues**, lotada no Curso de Pedagogia do **Campus** Amílcar Ferreira Sobral - CAFS/UFPI, na cidade de Floriano-PI, referente à retificação da data de início da concessão da retribuição por titulação, reiterando o posicionamento dado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 18 de outubro de 2022


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor